

Planejar e praticar currículo a partir do conceito de justiça curricular: saberes do território como conhecimento a favor da vida digna

Planning and implementing curricula based on the concept of curricular justice: territorial knowledge as a knowledge in favor of a dignified life

Thais Almeida Costa é Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo da PUC-SP. Pesquisadora do Grupo de Educação e Pesquisa em Justiça Curricular (GEPEJUC) da PUC-SP. Assessora pedagógica do Projeto Matéria-Prima do Instituto Eurofarma.

Contato: thaisalmeidacosta245@gmail.com

Renata Melo é Coordenadora pedagógica do Projeto Matéria-Prima do Instituto Eurofarma. Pedagoga, pós-graduada em Artes Visuais.

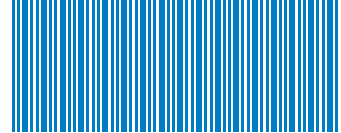
Contato: renata.melo@institutoeurofarma.org.br

Daiane Trindade é Assistente de coordenação pedagógica do Projeto Matéria-Prima, São Paulo, do Instituto Eurofarma. Pedagoga, pós-graduada em gestão escolar.

Contato: daiane.trindade@institutoeurofarma.org.br

Resumo

Este artigo descreve a elaboração e implementação do referencial curricular do Projeto Matéria-Prima (SP), guiado pela justiça curricular, com foco na promoção de educação integral para estudantes de escolas públicas municipais. O processo colaborativo envolveu gestores/as, educadores/as, estudantes e famílias, resultando na Mandala Curricular, Árvore dos Sonhos e Projeto Interdisciplinar “Território: A Potência do Nosso Chão”. As práticas analisadas valorizam



conhecimentos locais tendo como horizonte a inclusão e justiça social, defendendo o currículo como espaço de transformação e diálogo intercultural, além de destacar a justiça curricular como conceito teórico-metodológico e imperativo ético nas práticas educativas.

Palavras-chave: Currículo. Justiça Social. Justiça Curricular. Conhecimento. Território.

Abstract

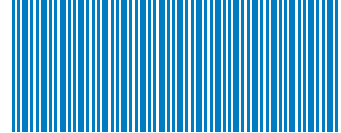
This article describes the development and implementation of the curricular framework of the Matéria-Prima Project (SP). It was guided by curricular justice, with a focus on promoting comprehensive education for students in municipal public schools. The collaborative process involved managers, educators, students and families, and resulted in a Curricular Mandala, a Tree of Dreams and Interdisciplinary Project called “Territory: The Power of Our Land”. The practices that were analyzed value local knowledge and promote inclusion and social justice, defending the curriculum as a space of transformation and intercultural dialogue. The article also highlights curricular justice as a theoretical-methodological concept and ethical imperative in educational practices.

Keywords: Curriculum. Social Justice. Curricular Justice. Knowledge. Territory.

Introdução

Este artigo tem como objetivo descrever o processo de elaboração e implementação do referencial curricular no contexto educativo do Projeto Matéria-Prima (SP), fundamentado pelo conceito de justiça curricular. O referido projeto, uma iniciativa de responsabilidade social do Instituto Eurofarma¹, atua desde 2006 promovendo educação complementar para estudantes do Ensino Fundamental das escolas públicas municipais de Itapevi e São Paulo (zona sul). Por meio de oficinas e ateliês de Artes Visuais, Teatro, Música, Corpo e Movimento, Educação Socioambiental e Socioemocional, Tecnologia, além de Língua Portuguesa

¹ O Instituto Eurofarma é uma organização sem fins lucrativos criada em 2006. Atua em São Paulo, Itapevi/SP e Montes Claros/MG. Seu objetivo é promover a inclusão socioeconômica e o desenvolvimento sustentável por meio da educação.

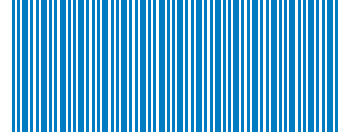


e Matemática, o projeto busca ampliar as oportunidades de aprendizagem e formação integral.

Atualmente, participam do Matéria-Prima 570 estudantes de 6 a 14 anos. O mapeamento e diagnóstico social dos/as estudantes e famílias atendidas pelo projeto revelam uma realidade socioeconômica complexa, profundamente marcada por desigualdades sociais e econômicas que comprometem as oportunidades de inclusão e desenvolvimento. A interseção de fatores como raça, baixa escolaridade e vínculos empregatícios predominantemente informais cria um contexto de vulnerabilidade social.

Ao considerar tal realidade, a partir de 2023, os/as educadores/as do projeto iniciaram a elaboração do referencial curricular institucional, com o propósito de estabelecer objetivos, concepções didáticas e expectativas de aprendizagem que orientassem as práticas pedagógicas e os projetos anuais desenvolvidos com os/as estudantes. O artigo apresenta as etapas principais desse processo, que englobam desde a definição do conceito de justiça curricular como fio condutor, tendo em vista a idealização de uma sociedade mais equitativa e inclusiva, a definição do perfil de estudantes que se pretende formar, até a elaboração da Mandala (matriz) curricular, Árvore dos Sonhos e execução do Projeto Interdisciplinar – Território: A Potência do Nosso Chão.

Os resultados dessa experiência indicam que o conceito de justiça curricular pode constituir um referencial teórico-metodológico relevante para a proposição de práticas educativas comprometidas com a dignidade humana e a justiça social. Na perspectiva adotada, orientada pela formação integral, destaca-se a centralidade dos saberes do território onde vivem os/as estudantes, na valorização de conhecimentos que os/as auxiliam a reconhecer e representar o mundo como seu, para então transformá-lo (Santos, 2018). A partir dessa abordagem, argumenta-se que currículos e professores/as verdadeiramente educativos precisam conhecer as localidades onde os espaços educativos estão situados, assim como quem são seus/suas estudantes, as comunidades a que pertencem, as peculiaridades das suas práticas, para que os conhecimentos trabalhados possam realmente converter-se em experiências significativas e transformadoras (Costa, 2022; Torres Santomé, 2013).

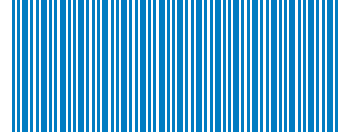


Vale destacar que o processo colaborativo de construção do currículo envolveu a participação ativa e a mobilização de gestores/as, coordenadores/as, educadores/as, professores/as, famílias e estudantes do Projeto Matéria-Prima, cujas vozes e aspirações foram reconhecidas, representadas e respeitadas no referencial curricular. Nesse contexto, o currículo é concebido tendo como horizonte o alcance da justiça social, orientado pelo ideal de uma sociedade mais justa e democrática. Essa perspectiva busca garantir que crianças e jovens tenham seus direitos sociais garantidos por meio de uma educação integral, capaz de proporcionar o acesso ao conhecimento, às ciências, às tecnologias, às artes, às culturas, aos valores, ao universo simbólico e às diversas formas de expressão do corpo, incluindo linguagens, ritmos, vivências, emoções, memórias, territórios e identidades diversas.

Justiça curricular como referencial teórico-metodológico

Organizar um currículo tendo a justiça curricular como conceito central reflete um compromisso com a formação humana orientada pelos ideais de justiça social e participação social. Esse esforço visa contribuir para a construção de uma sociedade que supere as desigualdades e garanta os direitos essenciais a toda a população. Nesse contexto, a justiça social se configura como um horizonte a ser perseguido, funcionando como o propósito orientador das práticas pedagógicas.

Com base nas contribuições de Fraser (2002, 2012), a justiça social pode ser compreendida em uma perspectiva ampla, que engloba dimensões econômicas, culturais e políticas. A autora propõe uma concepção integrada da justiça social, articulada em três dimensões interdependentes: redistribuição, reconhecimento e representação. A dimensão da redistribuição refere-se à estrutura de classe e ao aspecto econômico da justiça, por enfatizar a igualdade de oportunidades e a redução das desigualdades socioeconômicas. O reconhecimento, por sua vez, está relacionado ao aspecto cultural e simbólico e envolve as diferenças entre grupos e indivíduos, assim como questões de gênero, raça, sexualidade, etnia, religião e outras especificidades. Já a dimensão da representação questiona até que ponto as regras e decisões políticas garantem a todos os membros da sociedade a participação equitativa nos processos deliberativos, promovendo uma representação justa na tomada de decisões (Costa, Araújo e Ponce, 2024).

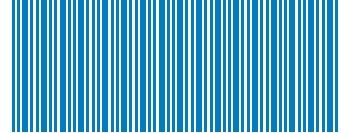


Em publicação realizada por Costa, Araújo e Ponce (2023), concluiu-se que o arcabouço teórico de Fraser (2002, 2022) sobre redistribuição, reconhecimento e representatividade, as três dimensões da justiça social (3 R's), pode ter sua materialidade praticada no currículo escolar a partir do conceito de justiça curricular e suas três dimensões: conhecimento, cuidado e convivência democrática.

A justiça curricular se concretiza na busca e prática de um currículo que funcione como um espaço de luta pela dignidade, igualdade, respeito às diferenças e construção de subjetividades democráticas (Ponce; Araújo, 2019). Nesse sentido, defende-se, conforme os autores, a construção de um currículo fundamentado nos direitos civis, sociais e humanos, os quais devem ser afirmados, garantidos e subjetivados por meio das práticas educativas. A justiça curricular é um conceito abordado por autores como Connell (1995) e Torres Santomé (2013), que questionam a validade epistemológica dos conhecimentos selecionados para o currículo e revigoram o debate em torno dos conhecimentos de grupos historicamente desfavorecidos que ficam à margem do estatuto social da instituição escolar. Os autores propuseram o conceito de justiça curricular como possibilidade de reconhecimento e valorização de outras formas de saber, sistematizados no currículo, que contribuíssem para que todos os grupos sociais se sentissem representados na escola, a partir de suas próprias perspectivas.

O currículo, assim concebido, deve estar em constante diálogo com os ideais de democracia e justiça social, orientando-se pelas dimensões do conhecimento, do cuidado e da convivência democrática (Ponce, 2018): conhecimento necessário para que os sujeitos do currículo se instrumentalizem para compreender o mundo e a si mesmos nele; a do cuidado com esses sujeitos envolvidos no processo pedagógico de modo a garantir que todos tenham condições dignas para desenvolver-se; e a da convivência democrática e solidária, que deve ser promovida pela escola e vivenciada nela e fora dela (Ponce; Neri, 2015, p. 333).

As aspirações da justiça curricular, conforme propõem Costa, Araújo e Ponce (2023), dialogam necessariamente com a concepção de educação integral, segundo Moll (2012), como aquela que pretende dar ao sujeito uma formação mais completa possível, considerando-o em suas múltiplas dimensões: biológica, cognitiva, afetiva, psicológica, física, histórica, cultural, social etc.,



baseada na integração e ampliação do tempo, espaço e conteúdo de aprendizagem.

Vale destacar que as dimensões da justiça curricular, formuladas por Ponce (2018), para além de inspirar proposições curriculares concretas, constituem-se como uma ferramenta metodológica de análise e proposição de propostas/práticas curriculares (Costa; Araújo; Ponce, 2023). Referencial que possibilita olhar para os contextos educativos e buscar compreender em que medida contemplam e priorizam as dimensões do conhecimento, cuidado e convivência democrática como essenciais para a ampliação contínua da cidadania, garantia do direito à educação e alcance da justiça social, nas lutas por redistribuição, reconhecimento e representatividade (Fraser, 2002, 2012).

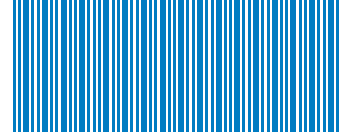
Definições curriculares essenciais: o que nos move?

Todo documento curricular deve ser construído com base em sonhos, princípios e utopias que expressem as aspirações sociais e educativas de uma coletividade. Nesse contexto, a definição de um ideal de sociedade e de formação humana é fundamental para orientar escolhas curriculares alinhadas aos horizontes compartilhados. Assim, os/as educadores/as do Projeto Matéria-Prima, guiados pelo conceito de justiça curricular, definiram os seguintes propósitos do trabalho educativo:

a) Queremos contribuir para construção de qual sociedade?

Contribuir para uma sociedade inclusiva e democrática que supere as desigualdades sociais e econômicas, que reconheça as diferenças, promovendo condições equitativas para todas as pessoas participarem ativamente, multiplicando ações que possam gerar transformações sustentáveis.

b) Quais pessoas queremos formar? Formar pessoas éticas e autônomas que vivenciem relações pautadas na justiça, no respeito, na solidariedade, honestidade e convivência democrática. Sujeitos com múltiplos conhecimentos e vivências culturais, que reconheçam e valorizem as diferenças, suas origens, territórios e potencialidades. Que sejam capazes de atuar de forma consciente e sustentável para construir possibilidades de transformação individual e coletiva.



Para que sejam transformadores, os sonhos precisam ser cultivados por meio da participação. Por isso, tornou-se fundamental questionar: quais são os anseios das famílias, crianças e jovens do Projeto Matéria-Prima? Como captar e valorizar a expressão de suas vontades, ideais e saberes? Por que, para que e com quais intenções o Matéria-Prima é escolhido como espaço educativo complementar à escola pública que frequentam? Qual currículo esses sujeitos desejam?

Com base nesses questionamentos, os/as estudantes e suas famílias foram convidados a participar de uma oficina com o objetivo de construir uma “Árvore dos Sonhos”. Durante a atividade, responderam às perguntas: “Como seria um mundo dos nossos sonhos?” e “Como seria um espaço de educação dos nossos sonhos?”. As contribuições foram organizadas em uma obra coletiva que revelou a diversidade de aspirações por dignidade e melhorias. Sonhados juntos, esses desejos tornam-se mais próximos de se converterem em realidade.

Ao longo da oficina, além da escrita dos sonhos, outros registros foram traçados, tais como mapas mentais, fotos, além de um trabalho de facilitação gráfica que captou a essência desse momento, requisito essencial para as definições curriculares:

2 Oficina inspirada no material: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Formando Com-Vida Comissão do Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: construindo Agenda 21 na Escola / Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MEC, Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2004.

Figura 1 – Facilitação gráfica da Árvore dos Sonhos criada na unidade Matéria-Prima Itapevi



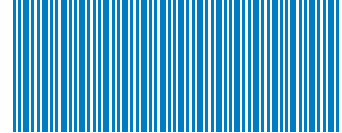


Figura 2 – Facilitação gráfica Árvore dos Sonhos criada na unidade Matéria-Prima São Paulo

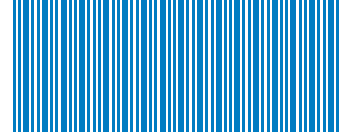


3. Construção da mandala curricular

Como transformar essa quimera coletiva em um currículo em movimento? A mandala³ foi escolhida como símbolo para representar, de forma sistêmica e integrada, a essência da proposta educativa do Projeto Matéria-Prima. Essa escolha reflete um processo pautado na escuta ativa e no diálogo com os sonhos previamente compartilhados. A mandala simboliza a busca por unidade em ação, harmonia e comunhão. Seu significado remete à circularidade, totalidade e integralidade formativa, conectando-se ao que é essencial nos movimentos e nas intenções. Além disso, a mandala encontra eco em diversas manifestações artísticas e culturais (Brasil, 2009).

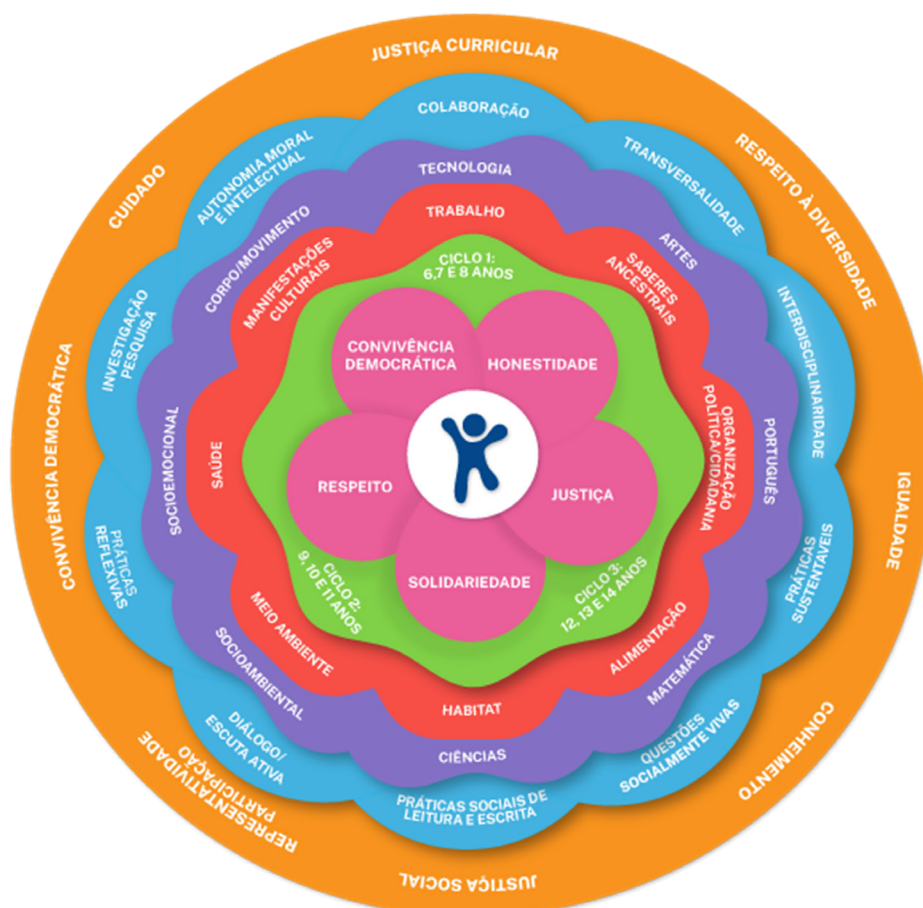
Inspirada nos círculos concêntricos e nas simbologias da arte popular brasileira, a Mandala Curricular do Matéria-Prima foi concebida para traduzir, de forma integrada, as múltiplas dimensões que orientam o planejamento das práticas educativas. Essas dimensões, interligadas e em constante movimento, constituem camadas circulares que promovem uma formação humana multidimensional, democrática e integral. Os seis anéis

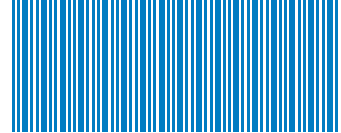
³ A proposta de construção da mandala curricular foi inspirada nos Cadernos do Programa Mais Educação (MEC): BRASIL. Ministério da Educação. Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. Brasília: MEC, 2009.



da mandala, em cores diversas, partem do centro – a centralidade do sujeito –, com o objetivo de assegurar seu desenvolvimento pleno nas dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural (Brasil, 2009). A partir desse núcleo, circulam intencionalidades, princípios, áreas do conhecimento, saberes diversos e fundamentos teóricos que sustentam as reflexões. Juntas, essas conexões dinamizam a organização dos projetos e ateliês, impulsionando-os em ação contínua e significativa.

Figura 3- Mandala Curricular Matéria-Prima. De fora para dentro as seguintes dimensões: Dimensão circular/curricular Laranja – Conceitos teóricos essenciais: Justiça Social e Justiça Curricular; Dimensão circular/curricular Azul- Concepções de ensino aprendizagem/critérios para organização dos projetos; Dimensão circular/curricular Roxa: Áreas do conhecimento; Dimensão circular/curricular Vermelha: Saberes do Território; Dimensão circular/curricular Verde: Ciclos de aprendizagem; Dimensão circular/curricular rosa: Princípios e valores humanos para convivência ética.





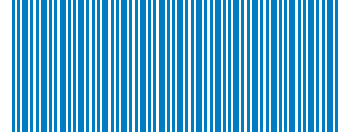
Mandala curricular em movimento: Projeto Território – A Potência do Nosso Chão

Ao analisar as dimensões da Mandala Curricular, destaca-se a centralidade dos “saberes do território” (Dimensão Circular/ Curricular Vermelha), em consonância com o referencial da justiça curricular que nos convida a compreender que um currículo voltado para a formação integral, especialmente em contextos de educação complementar, deve acolher e valorizar vozes e saberes diversos. Dessa forma, o currículo deve se constituir como um espaço polifônico, onde é possível construir um pensamento enraizado localmente e conectado globalmente (Costa, 2022). Nesse sentido, priorizam-se conhecimentos que permitam aos estudantes reconhecer e representar o mundo como seu, possibilitando-lhes transformá-lo. Como afirma Santos (2018, p. 102): “Se o conhecimento que temos do mundo não nos permite representá-lo como nosso, tampouco podemos transformá-lo.”

Um conhecimento que favoreça esse reconhecimento e representação deve estar profundamente conectado à totalidade e à realidade em que se origina e ganha significado (Freire, 2013). A justiça curricular propõe um currículo enraizado no território, impregnado de saberes sobre onde e como se vive, condição indispensável para compreender e estabelecer vínculos com contextos mais amplos (Costa, 2022).

Como ensina Freire (2021), é ao criar raízes na localidade que se abre a possibilidade de mundializar-se, articulando ações em esferas locais e globais. Quando o currículo assume o local como um espaço geográfico, histórico, sociopolítico e cultural a ser compreendido e debatido, ele promove a capacidade de desvendar realidades mais amplas e suas contradições, favorecendo uma perspectiva verdadeiramente emancipatória. Nas palavras do autor:

O Brasil dificilmente existiria para mim, na forma como existe, sem o meu quintal, a que se juntaram ruas, bairros, cidades. A terra que a gente ama, de que a gente sente falta e a que se refere, tem sempre um quintal, uma rua, uma esquina, um cheiro de chão, um frio que corta, um calor que sufoca, um valor porque se luta, uma carência sentida, uma sobra que maltrata a carência, uma língua que se fala em diferentes entonações. A terra porque se dorme mal, às vezes, terra distante, por causa da qual a gente se aflige tem que ver com o quintal da gente, tem que ver com as esquinas de ruas, com os sonhos da gente. Em certo momento, a amorosidade pelo nosso quintal se estende ao bairro onde se acha a casa, vai se ampliando a outros



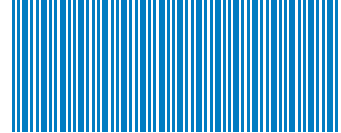
bairros e termina por se alojar numa área maior a que nos filiamos e em que deitamos raízes, a nossa cidade” (Freire, 2021, p. 41).

Defende-se, portanto, um currículo que valorize a diversidade dos sujeitos, dos territórios e das formas de produção de conhecimentos (Streck, 2012). Essa abordagem propõe conteúdos conectados às experiências socioculturais e de trabalho da comunidade, estruturando um currículo enraizado no território. Trata-se de enaltecer o saber de “experiência feito” (Freire, 2018, p. 86), profundamente vinculado às vivências existenciais dos/as estudantes. Parte-se do “aqui e agora dos educandos” para, então, expandir os horizontes e cumprir a tarefa de desvelar o mundo (Freire, 2011, p. 81).

No referencial curricular do Matéria-Prima, o conceito de território é abordado a partir das contribuições de Milton Santos (2007), que nos convida a compreendê-lo para além de seu aspecto geográfico. Ele propõe um olhar atento às populações que o habitam, considerando sua cultura, hábitos, valores e tradições. Para o autor, o território é mais do que uma área delimitada por fronteiras; trata-se de um espaço vivo, onde interações complexas entre pessoas, culturas e natureza dão forma às identidades individuais e coletivas.

Milton Santos (2007) destaca que reconhecer e valorizar a diversidade presente nos territórios – tanto nas manifestações culturais quanto nas formas de organização social – possibilita uma abordagem educativa inclusiva e respeitosa às diferentes identidades. Essa perspectiva oferece aos/as estudantes a oportunidade de explorar a riqueza da diversidade humana, ao mesmo tempo que desenvolvem uma consciência crítica sobre questões sociais, culturais, econômicas e ambientais.

Na Mandala Curricular do Matéria-Prima, a inclusão de um campo específico para os Saberes do Território – saberes relacionados ao meio ambiente, saúde, trabalho, manifestações culturais, saberes ancestrais, organização política/cidadania, alimentação, habitat – reafirma que uma educação integral deve valorizar os saberes que representam o universo cultural local (Brasil, 2009). Isso abrange tudo o que as crianças e jovens trazem para o ambiente educativo. Para planejar práticas educativas fundamentadas nesses saberes, uma diretriz curricular central é a realização frequente de um mapeamento do território educativo onde as unidades do Matéria-Prima estão inseridas. Esse levantamento detalhado identifica saberes emergentes



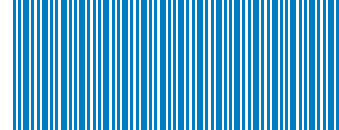
da comunidade, em sua maioria historicamente excluídos dos currículos escolares. Como princípio essencial do planejamento curricular, é indispensável validar, aprender e dialogar com os saberes comunitários que representam o universo cultural local (Brasil, 2009).

Para transformar esses princípios em ações concretas, os/as educadores/as do Matéria-Prima planejaram e desenvolveram, ao longo do ano de 2024, o projeto didático Território – A Potência do Nosso Chão. Concebido no contexto da formação continuada, o projeto teve início com a oficina “Onde estamos?”, na qual os/as educadores/as foram convidados/as a construir uma cartografia de percepções ambientais das regiões de Itapevi e São Paulo, onde o Matéria-Prima atua. Para essa atividade foram utilizadas imagens retiradas do Google Maps como ponto de partida.

A construção da cartografia local foi guiada pelas seguintes questões: Por onde andam nossos/as estudantes? O que existe no entorno? O que chama atenção? Há serviços disponíveis, e quais são eles? Existem praças, parques ou outros equipamentos públicos? Há escolas próximas? Quais locais apresentam maior concentração de pessoas e quais têm menor fluxo? De onde vêm os/as estudantes e como chegam? Quais são os pontos de respiro ou áreas mais seguras, e onde estão os locais considerados perigosos? Onde estão os moradores mais antigos e os mais jovens? Essas reflexões não apenas orientaram o exercício de mapeamento, mas também fomentaram discussões sobre como essas percepções dialogam com as dimensões da justiça curricular, integrando a experiência local ao planejamento educativo.

Um exemplo marcante de proposta desenvolvida no âmbito do projeto ocorreu no ateliê de educação socioambiental (Matéria-Prima SP) intitulada “Território: Nosso Habitat”, cujo objetivo foi ampliar a percepção espacial e fortalecer o senso coletivo dos/as estudantes. Por meio da exploração de diferentes aspectos do território, as atividades incentivaram reflexões sobre como as dinâmicas humanas transformam o meio ambiente. O processo incluiu discussões sobre ações coletivas, com destaque para a importância do uso consciente dos espaços públicos de convivência e da preservação da biodiversidade e da cultura local.

Uma das etapas mais significativas foi a confecção de mapas, que começou com a observação e a pesquisa em campo. Os/as estudantes selecionaram localidades do território, abrangendo desde a sede do Matéria-Prima SP até a Praça Memorial Artur



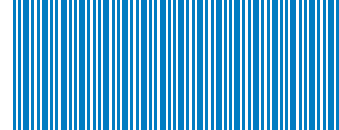
Dias. Ao utilizar ferramentas como Google Earth e Google Maps, os grupos localizaram e analisaram os espaços mencionados, conectando suas percepções às dinâmicas do território. Essa proposta fomentou um forte senso de pertencimento e incentivou o diálogo, o respeito às opiniões e a promoção de uma cultura de colaboração.

Nos trabalhos em equipe, os/as participantes desenvolveram soluções para situações identificadas durante a pesquisa de campo. Como resultado desse esforço coletivo, foram produzidos quatro mapas que refletem as ações e percepções dos grupos. Esses mapas foram apresentados em uma Mostra Cultural aberta às famílias e à comunidade, proporcionando um convite para explorar e refletir sobre o potencial transformador dos territórios.

No contexto do Matéria-Prima Itapevi, no ateliê de educação socioambiental, foi desenvolvida a proposta “Ideias para adiar o fim do mundo”, inspirada nos ensinamentos de Ailton Krenak (2019). Partindo da ideia de que, assim como cuidamos de nossas casas e bairros, devemos também zelar pelo planeta, nosso lar comum, os/as estudantes realizaram atividades que exploraram a noção de lugar, abordando regiões, territórios e paisagens por meio do conceito de georreferenciamento. Por meio do Google Earth, investigaram seus próprios territórios e compreenderam melhor os limites políticos e os impactos ambientais. Essa vivência destacou a interdependência entre o mundo global e o espaço local, enquanto práticas no pomar, como o plantio de ervas e plantas alimentícias, proporcionaram uma conexão palpável com a terra.

Em seguida, aprofundaram sua ligação pessoal com o território e o sentimento de pertencimento. Inspirados pelas reflexões de Ailton Krenak em *Ideias para adiar o fim do mundo*, refletiram sobre a Terra como parte vital de nossa família. Krenak (2019) ressalta que a destruição de lugares naturais ou culturais apaga a história e a cultura de um povo. Guiados por esses conceitos, os/as estudantes criaram narrativas originais sobre suas vivências locais, transformando a terra em um meio de expressão artística. Além disso, escreveram sobre suas experiências, observando o mundo físico e as dinâmicas humanas ao seu redor.

Nos ateliês de linguagens, algumas propostas desenvolvidas podem ser destacadas: “Eu, meu território, e o olhar para o mundo”; “Contos populares e narrativas orais – histórias de ontem, de hoje e de sempre”; “A culinária como saber do território:



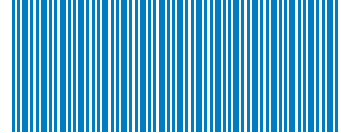
memórias e sabores”. Na primeira, a partir do desenvolvimento do olhar sobre si, o território e o mundo, os grupos identificaram quais são os problemas que a cidade em que vivem enfrenta e sua relação com o cotidiano das comunidades. Por meio das análises de questionário desenvolvido pelos/as estudantes e aplicado nas ruas da cidade, no entorno do Matéria-Prima e com os familiares, foram feitas descobertas sobre como esses problemas afetam a população.

Em seguida, foram realizados diferentes estudos acerca da ciência de dados e análise de dados, artigos de divulgação científica e de opinião, e as campanhas de saúde e de trânsito de 2024 do governo federal, entre outras campanhas municipais, para aprofundar o senso crítico e a compreensão da importância de compartilhar o conhecimento com as pessoas. Após isso, aconteceu a etapa de estudos para o aprofundamento das temáticas: conscientização ambiental, racial, de saúde pública e do patrimônio público. Foram desenvolvidas cinco campanhas de conscientização, posteriormente compartilhadas com a comunidade.

Ao longo do percurso, muitas aprendizagens foram conquistadas para o desenvolvimento pessoal e social, que além de construir e compartilhar com a comunidade o que aprenderam com esses estudos e como os problemas podem ser solucionados coletivamente, puderam relacioná-los como práticas importantes para o desenvolvimento da convivência democrática e do exercício da cidadania, assim como para o fortalecimento e potência deste território.

Na proposta “Contos populares e narrativas orais – histórias de ontem, de hoje e de sempre”, o objetivo foi conectar os/as estudantes às pessoas e histórias de seu território, permitindo-lhes conhecer a origem dos lugares onde vivem e convivem, ao mesmo tempo que valorizavam essas narrativas, compartilhando-as com a comunidade. Essa abordagem promoveu uma aproximação com a cultura e os costumes locais, ampliando o conhecimento dos estudantes sobre diferentes épocas e tradições dos bairros.

A partir de histórias já conhecidas pelos/as estudantes, iniciou-se o estudo de contos populares, explorando obras de autores brasileiros renomados, como Ricardo Azevedo e Milton Célio de Oliveira Filho. Com essas referências, os/as estudantes aprofundaram seu entendimento sobre as características do gênero, como estrutura textual, formas de escrita e ilustração.



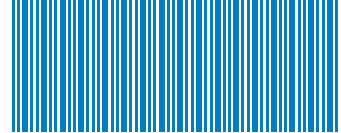
Com o repertório de histórias ampliado, compararam diferentes versões de contos e revisitaram os textos iniciais, realizando ajustes para incorporar os novos conhecimentos adquiridos.

Posteriormente, os familiares e membros da comunidade foram convidados a compartilhar suas histórias. A partir desses relatos orais, as memórias foram transformadas em textos escritos, aplicando as características do gênero aprendidas ao longo do projeto. As histórias foram registradas em dispositivos de áudio, e os/as estudantes tomaram notas para auxiliar na escrita coletiva. Com a professora como escriba, o texto final foi construído em conjunto, com cada estudante contribuindo a partir de suas anotações.

As principais aprendizagens adquiridas incluíram o avanço na produção textual e conhecimento cultural e histórico sobre o lugar onde vivem, fortalecendo o sentimento de pertencimento e identidade. As memórias, registradas em formato de texto, foram compartilhadas com a comunidade e com os familiares em uma Mostra Cultural.

A culinária, enquanto patrimônio territorial e cultural foi explorada na proposta “A culinária como saber do território: memórias e sabores”, com o objetivo inicial de conectar os/as estudantes às histórias de pessoas que atuam no comércio de alimentos da região. Os grupos entrevistaram trabalhadores e proprietários de pequenos estabelecimentos do entorno, com o intuito de descobrir quais eram as comidas afetivas dessas pessoas e as emoções associadas a esses pratos. Em duplas, os/as estudantes registraram as narrativas em questionários que ajudaram a elaborar em sala de aula. As entrevistas se expandiram para os familiares, revelando pratos que carregam sentimentos, memórias e nostalgia. Esse momento não apenas fortaleceu os laços familiares, mas também incentivou a convivência na cozinha e permitiu que algumas crianças preparassem pratos junto com seus familiares.

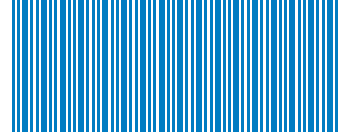
O trabalho despertou, ainda, a curiosidade pela literatura gastronômica, que foi explorada nas rodas de leitura e na produção de listas de receitas afetivas. Após a coleta de dados por meio da pesquisa familiar e da exploração do território, as informações foram organizadas em uma tabela, exposta na sala, garantindo o acesso a todos os dados. A partir dessas informações, os/as estudantes trabalharam conteúdos de matemática, como operações do campo aditivo, localização, identificação de pontos



de referência e uso de instrumentos de medida. Esses referenciais também enriqueceram a produção do Caderno de Receitas Afetivas, que incluiu ilustrações e textos escritos pelas crianças. Durante as rodas de conversa, os/as estudantes compartilharam o significado especial de cada prato para suas famílias. A etapa final culminou em uma aula de culinária, na qual puderam preparar seus biscoitos preferidos.

No campo das artes, destacam-se os trabalhos desenvolvidos nos ateliês de teatro, música e artes plásticas. Em teatro, a partir do tema “Minha história é escrita por nós” os/as estudantes exploraram temas profundamente conectados às suas próprias experiências, como amizades, histórias dos bairros onde vivem e as suas referências pessoais. Basearam-se nas personalidades que conhecem, como avós, mães e outras figuras familiares, para criarem base para suas interpretações, improvisações e narrativas criativas. Além das apresentações teatrais, os/as estudantes gravaram vídeos com depoimentos que oferecem uma visão pessoal e única sobre como cada um percebe o conceito de território e sua importância.

“Escuta musical de dentro pra fora – Ritmos do nosso território” foi o tema disparador do trabalho desenvolvido no ateliê de música baseado na tradição da oralidade, tão presente em muitos cantos do Brasil. Os ritmos e sons que compõem a diversidade musical brasileira foram apresentados aos/às estudantes por meio de canções de diferentes regiões brasileiras, com foco nas práticas populares do Sudeste e Nordeste. Foram exploradas as obras de renomadas compositoras, compositores e grupos que são a essência dos ritmos dessas regiões. Entre os ritmos apresentados, destacam-se o Samba de Roda, Coco de Roda, Ciranda, Samba e Jongo, além de artistas icônicos como Lia de Itamaracá, Dona Ivone Lara, Clementina de Jesus, Coqueiros de Arcoverde, Selma do Coco, Grupo Cachuera, Jongo Dito Ribeiro, Barbatuques, entre outros. À medida que os/as estudantes se envolveram com essa prática de transmissão de conhecimento por meio da oralidade, foram selecionados músicas e ritmos com os quais mais se identificaram para construção de um repertório coletivo. Paralelamente, trabalharam a escuta ativa e a conexão sonora, desenvolvendo a percepção auditiva e a sensibilidade musical. Essa experiência não apenas ampliou o conhecimento musical, mas também fortaleceu a conexão com a cultura brasileira, promovendo uma apreciação genuína pelos diferentes estilos musicais do país.



Em artes visuais, a partir da metáfora “Horizontes extraordinários” foram desenvolvidas propostas artísticas que possibilitaram a exploração e conexão do território com a natureza e a expressão individual, tais como a criação de mandalas utilizando elementos naturais. As atividades incluíram aulas ao ar livre, permitindo que as crianças se conectassem profundamente com o ambiente e o trabalho proposto. Foram realizados leituras e desenhos de observação da natureza em papel sulfite, coleta de folhas para preparo e secagem, para a criação de mandalas efêmeras com materiais colhidos no território. Esse processo proporcionou uma experiência prática e reflexiva, explorando a harmonia entre elementos naturais e artísticos por meio de técnicas de pintura sobre materiais naturais.

No contexto de jogos e brincadeiras, a proposta “Brincadeiras do nosso quintal” possibilitou que estudantes e educadores/as mergulhassem no universo lúdico que atravessa gerações. O resgate de atividades clássicas como pega-pega, esconde-esconde e amarelinha evocou memórias afetivas da infância significativas nos diversos territórios populares. Também foram desafiados a criar um jogo de tabuleiro coletivo em escala humana, inspirados nas brincadeiras tradicionais. Com materiais simples, como papel kraft e papelão, os/as estudantes construíram um tabuleiro interativo que incluiu desafios, bônus e ônus, todos relacionados ao cotidiano das crianças e suas experiências em brincadeiras urbanas. Esse processo criativo permitiu que se apropriassem do conceito de território, refletindo sobre os desafios e prazeres do lugar onde vivem. Foi uma oportunidade de explorar e apreciar a singularidade de suas comunidades, incentivando cada participante a expressar sua identidade em relação ao espaço.

Os seguintes depoimentos dos/as estudantes sobre o que aprenderam a partir do Projeto “Território: A Potência do Nosso Chão” refletem o alinhamento das vivências proporcionadas com os propósitos do conceito de justiça curricular:

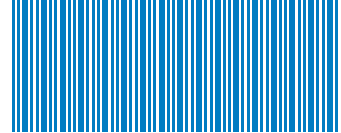
“Conhecemos mais sobre o lugar em que vivemos.” (Estudante 1, 9 anos)

“Na aula de Linguagem eu gostei dos temas abordados nas campanhas de conscientização. Por exemplo, falamos sobre racismo estrutural e levamos esse assunto para as pessoas da cidade para se conscientizarem.”

(Estudante 2, 13 anos)

“Na aula de Teatro nos inspiramos no que a gente vê no nosso território. Tem uma parte na peça que eu falo o que eu vejo da minha janela e pergunto ao público o que eles veem da janela deles.” (Estudante 3, 10 anos)

“Eu acho que este estudo nos fez aprender mais sobre nosso povo, nossa



cultura e isso é bom porque a gente aprende mais sobre quem nós somos agora e o que podemos ser no futuro. ” (Estudante 4, 10 anos)

“Para mim, esse estudo abriu novos horizontes para pensar que podemos transformar nosso território em algo melhor. ” (Estudante 5, 13 anos)

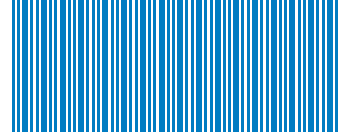
“Com esse estudo o que ficou de aprendizado é que temos que conhecer diversas culturas, outros jeitos e modos de viver, novos lugares e a importância de interagir com outras pessoas.” (Estudante 6, 13 anos)

Observa-se que, ao promover o reconhecimento dos saberes e vivências locais, as práticas destacadas fortalecem a valorização da identidade, cultura e história do território, ao mesmo tempo que ampliam perspectivas de transformação social. As campanhas de conscientização sobre racismo estrutural, a exploração artística das realidades cotidianas e o mapeamento cultural destacam a relevância do território como eixo central do currículo, favorecendo a formação de sujeitos conscientes de suas raízes e agentes de mudança. Além disso, os depoimentos evidenciam a conexão entre a valorização das experiências locais e a abertura para compreender e respeitar a diversidade, reforçando o currículo como espaço de diálogo intercultural e justiça social.

Considerações finais

Qual conhecimento é capaz de gerar a vida digna? O conceito de justiça curricular possibilita compreender como a educação, por meio do currículo escolar, pode promover a justiça social, considerando a necessidade de reconhecer diferentes identidades e garantir representação para todos. Ao articular a dimensão do reconhecimento proposta por Fraser (2012) com a dimensão do conhecimento de Ponce (2018), observa-se que as reivindicações pelo reconhecimento das diferenças demandam práticas curriculares que validem conhecimentos historicamente silenciados, respeitadores da diversidade e da realidade das pessoas e territórios, capazes de desestabilizar modelos epistemológicos dominantes e excludentes, na intenção de promover a justiça cognitiva e a inclusão social (Costa; Araújo; Ponce, 2024)

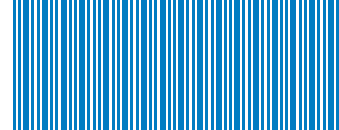
O planejamento curricular e o projeto apresentados no decorrer do texto exemplificam a importância de conhecimentos que promovam reconhecimento do território onde se vive. As práticas descritas revelam como o currículo pode privilegiar o estudo da história e da cultura local por meio de atividades que incentivem



as crianças e os jovens a explorarem e valorizarem seu próprio território e comunidade. Propostas que possibilitem o mapeamento cultural da comunidade, onde os estudantes pesquisam e documentam a história e os saberes locais, onde a comunidade é incentivada a contar sua história, compartilhar memórias e vivências, traduzem a concepção de conhecimento, conforme anseios da justiça curricular, capaz de validar a diversidade epistêmica do mundo.

Almeja-se que as reflexões aqui suscitadas possibilitem esparramar pelos currículos diversas experiências sociais, artísticas e culturais, expandindo, na linguagem e nas ações, as possibilidades de experiências do presente, tais como os saberes populares, suas tradições, as vivências cotidianas, os corpos, as percepções, as emoções, a arte e suas infinitas manifestações (Araújo 2020). Na medida em que o currículo toma o local enquanto espaço geográfico, histórico, político, cultural a ser compreendido e discutido, oportuniza-se a capacidade de desvelar cenas mais amplas e as suas contradições, na intenção de compreendê-las, questioná-las e transformá-las.

Em suma, a experiência do Projeto Matéria-Prima demonstra que a justiça curricular, ao defender a valorização dos saberes do território e promoção da formação integral, oferece um caminho promissor para a construção de currículos comprometidos com a equidade e justiça social. Ao conectar o ambiente educativo com a comunidade, a prática pedagógica se torna um espaço de diálogo intercultural, onde as vozes e as experiências dos/as estudantes são ouvidas e valorizadas. Ao adotar uma perspectiva de educação integral, propostas tais como a do Projeto Matéria-Prima podem contribuir para a formação de sujeitos mais conscientes de seus direitos e deveres, capazes de transformar suas realidades e construir um futuro mais justo e sustentável. A partir dessa experiência, defende-se que a justiça curricular não é apenas um conceito teórico, mas um imperativo ético que deve orientar as práticas educativas em diferentes contextos e níveis de ensino.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Wesley B. **Possibilidades democráticas em educação**: a experiência de gestão educacional em Várzea Paulista – SP (2005-2012). 2020. 312 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Rede de saberes mais educação**: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. Brasília: MEC, 2009.

CONNELL, Robert W. Justiça, conhecimento e currículo na educação contemporânea. In: SILVA, Luiz H. da; AZEVEDO, José C. de. **Reestruturação curricular**: teoria e prática no cotidiano da escola. Petrópolis: Vozes, 1995.

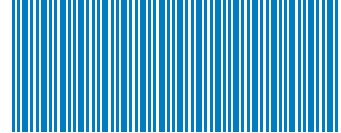
COSTA, Thais Almeida, ARAÚJO, Wesley; PONCE, Branca Jurema. PNE, SNE e políticas curriculares nacionais: Lutas prioritárias em tempos de BNCC. **Estudos em Avaliação Educacional**, 35, Artigo e1047, 2024. <https://doi.org/10.18222/eae.v35.10475>

COSTA, Thais Almeida. **Política de currículo participativa em arranjo de desenvolvimento da educação (ADE)**: a experiência do ADE da Chapada Diamantina (BA) e a proposta da justiça curricular. Tese (Doutorado em Educação – Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

COSTA, Thaís Almeida; ARAÚJO, Wesley Batista; PONCE, Branca Jurema. Justiça social e justiça curricular: enlaces teóricos para análise e proposição de políticas e práticas curriculares. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 18, n. 36, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6452> Acesso em: 24 set. 2021.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, pp. 7-20, out., 2002.

FRASER, Nancy. **Escalas de justicia**. Herder Editorial, 2012. E-book Kindle (Spanish Edition).



FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, P. **À sombra desta mangueira**. 13. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

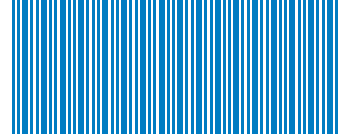
MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da educação integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

PONCE, Branca J. O currículo e seus desafios na escola pública brasileira: em busca da justiça curricular. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 18, n. 3, pp. 785-800, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss3articles/ponce.pdf> . Acesso em: 24 set. 2021.

PONCE, Branca J.; ARAÚJO, Wesley B. A justiça curricular em tempos de implementação da BNCC e desprezo pelo PNE (2014 – 2024). **Revista e Currículo**, v. 17, pp. 1045-1074, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/44998/30034>. Acesso em: 24 set. 2021.

PONCE, Branca J.; NERI, Juliana F de O. O currículo escolar em busca da justiça social: a violência doméstica contra a criança e o adolescente. **Revista e-Currículo**, São Paulo, v. 13, nº 2, pp. 331-349, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/23663/16974>. Acesso em: 24 set. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Na oficina do sociólogo artesão**. São Paulo: Cortez, 2018.



SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

STRECK, Danilo R. Qual o Conhecimento que Importa? Desafios para o currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 3, pp. 8-24, set./dez. 2012, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss3articles/streck.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. **Currículo escolar e justiça social: o cavalo de Troia da educação**. Porto Alegre: Penso, 2013

Recebido em: 20/12/2024

Aceito em: 28/05/2025

